

## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Sucessão presidencial: principais candidatos comprometem-se com aprovação das reformas e retomada do investimento

**Veículo:** CBIC Hoje

**Data:** 28.09.18

**Caderno:** Newsletter

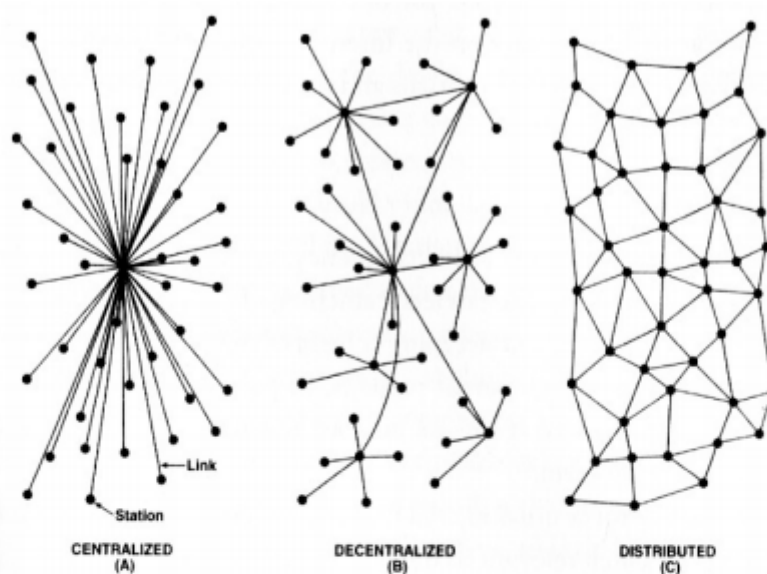
**Página:** On-line

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Link:** [https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/09/CBIC\\_newsletter\\_158.pdf](https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/09/CBIC_newsletter_158.pdf)

### SETOR DA CONSTRUÇÃO ACOMPANHA AVANÇO DO BLOCKCHAIN PELO PAÍS

**TECNOLOGIA PODE REDUZIR CUSTOS, AUMENTAR A TRANSPARÊNCIA  
E A AGILIDADE DOS PROCESSOS NO MERCADO IMOBILIÁRIO**



Tecnologias digitais como a *blockchain* – que funciona como um “livro de registro contábil” descentralizado – pretendem provocar amplas transformações e impactos em diversos setores da sociedade. Na indústria da construção, a tecnologia pode automatizar os processos do mercado imobiliário e dos registros de imóveis nos cartórios, além de auxiliar o programa de *compliance* das empresas, reduzindo custos, aumentando a transparência e a agilidade dos procedimentos. É possível, por exemplo, projetar a automatização na compra e venda de insumos do setor via *blockchain* e *smart contracts*. Por meio do sistema, é viável rastrear tanto os insumos negociados entre fornecedores e construtoras quanto a auto execução do pagamento por etapas ou por unidades entregues. “A construtora, ao negociar com o fornecedor a compra de 2 mil sacos de cimento para a construção de determinada obra, poderá depositar, pela plataforma, o valor correspondente ao contratado, sendo condição para a liberação do valor a entrega exata da quantia negociada entre as partes”, destaca Guilherme Hideo Oshima, advogado,

sócio do Oshima & Maciel Advogados Associados e membro da Câmara Técnica de Inovação do Instituto de Engenharia do Paraná e da Comissão de Compliance da OAB/PR, além de presidente e membro fundador do Comitê Brasileiro de Compliance.

Além disso, no mercado imobiliário é possível planejar a arrecadação de fundos para investimento em imóveis por meio de uma espécie de *crowdfunding*. Em síntese, uma *criptotoken/criptoativo* representaria determinada porcentagem que um investidor possui sobre um imóvel. Na hipótese de aluguel da unidade imobiliária, o valor destinado ao investidor/locatário seria proporcional à sua participação e quantidade de *criptotokens*. “Essa é a lógica adotada pela SQM, que oferece investimentos em imóveis em Singapura”, menciona Guilherme Oshima.

A mesma lógica pode ser aplicada aos empreendimentos de multipropriedade imobiliária (*timesharing*). O *criptoativo/criptotoken* representaria a “cota” de

Oshima e Maciel Advogados Associados



Guilherme Hideo Oshima, advogado e membro da Câmara Técnica de Inovação do Instituto de Engenharia do Paraná

determinado coproprietário do imóvel. Além disso, o registro de seus direitos, período de possibilidade de uso do imóvel, obrigações de não reforma, instalação de benfeitorias, ficariam todas no acervo da *blockchain*, garantindo, portanto, segurança e imutabilidade.

A exploração da *blockchain* em controles internos e externos de uma empresa também deve ser considerada. “Os registros de operações da empresa em *blockchain* podem facilitar o papel do *compliance*, colaborar com a auditoria externa e sopesar como um diferencial do código de ética, privacidade e inviolabilidade do canal de denúncias”, ressalta o advogado.

Já a adoção da *blockchain* por registros de imóveis pode seguir a lógica aplicada em registro de títulos e documentos da OriginalMy, bem como servir para fins de controles internos de cartórios garantindo a segurança e indelebilidade dos lançamentos efetuados na matrícula. No caso da OriginalMy, trata-se da autenticidade de conteúdo que utiliza a *blockchain* como protocolo. Dessa forma, qualquer documento autenticado no sistema poderá ser verificado se o mesmo é autêntico ou não.

Sob a coordenação do engenheiro João de Souza Jr., núcleo integrado por profissionais da Administração, Contabilidade, Direito, Engenharia, TI e Programação, a Câmara Técnica de Inovação do Instituto de Engenharia do Paraná desenvolve estudos para todas essas questões.

Nos próximos dias 18 e 19 de outubro, em Curitiba/PR, o Instituto de Engenharia do Paraná e a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) realizarão o *TechLaw Summit 2018*. O objetivo é compreender como a tecnologia revolucionará os serviços jurídicos e como impac-

tará na gestão de escritórios de advocacia, tribunais e cartórios. A CBIC participará do evento representada pelo presidente da entidade, José Carlos Martins, e pelo presidente da Comissão da Indústria Imobiliária (CII), Celso Petrucci. Confira a programação, [clique aqui](#).

## ENTENDA O BLOCKCHAIN

O *Blockchain* compartilha e armazena dados por meio de máquinas pessoais em uma rede descentralizada e distribuída. Não há um intermediador responsável pelo controle do sistema, uma vez que na rede distribuída todas as máquinas auxiliam na validação das informações inseridas. “Todos os computadores dessa rede possuem as informações registradas, garantindo a segurança, imutabilidade e rastreabilidade desses dados”, destaca Oshima.

O grande diferencial dessa rede é que a descentralização e distribuição de máquinas permite a troca de dados entre as mesmas, garantindo veracidade e autenticidade aos registros. O sistema é executado voluntariamente por *software* em máquinas/computadores por usuários conectados à internet do mundo todo, mediante incentivos econômicos (emissão de criptomoedas) para o usuário bem-sucedido em efetuar o registro. “Por meio dessa política de recompensa é muito mais caro e complexo tentar fraudar o sistema do que cooperar com o mesmo”, aponta Guilherme Oshima.

## SEGURANÇA

A *blockchain* garante a singularidade e continuidade dos dados no sistema. Todos os registros são datados e representados por uma cadeia contínua de criptografias, o que torna improvável a violação e fraude de registro em *blockchain* nesse sistema. “A alteração de uma cadeia deverá modificar toda a sua estrutura da cadeia de blocos, desde o seu primeiro registro. Além disso, a tentativa de fraudar uma cadeia de blocos seria reconhecida por outras máquinas do sistema, uma vez que também armazenam os mesmos dados, remetendo ao seu caráter de rede descentralizada e distribuída”, justifica.

## APLICAÇÃO DO BLOCKCHAIN

O formato mais conhecido de aplicação da *blockchain*



é em operações de valores, como em transações de criptomoedas (*bitcoin, litecoin, ethereum, stellar*). Diferentemente de pagamentos via cartões de crédito, *PayPal*, a transação de criptomoedas não necessita de um intermediário para o envio de dinheiro, uma vez que a rede descentralizada é responsável por monitorar o histórico de titularidade da moeda, impedindo o efeito multiplicador da mesma. Somente o titular do *bitcoin* poderá gastá-la ou transferi-la, evitando-se a ampliação da base monetária (oferta de crédito) com base na mesma moeda. Ou seja, cada criptomoeda é um ativo singular e exclusivo. A *blockchain* é a tecnologia que viabiliza e assegura a criptomoeda.

A transferência de valores não está restrita à criptomoeda propriamente dita. Na mesma lógica da *blockchain*, é possível transacionar criptoativos representados em *commodities*, ações de empresas, etc.

A *blockchain* também pode ser agregada aos *smart contracts* (contratos inteligentes), programas de computador que protegem, fazem cumprir e executam a liquidação de acordos registrados entre pessoas e organizações. "Dessa forma, pode-se afirmar que os contratos inteligentes garantem a auto execução/automação do cumprimento de determinadas obrigações, evitando-se gastos com o policiamento do contrato. Ademais, vinculados à *blockchain*, as obrigações pactuadas e registradas em *smart contracts* conferem caráter de imutabilidade, verificabilidade e exigibilidade", diz.

## FUTURO DA BLOCKCHAIN E O BRASIL

Para Guilherme Oshima é preciso desmistificar o *hype* criado em torno da *blockchain*. "Não se trata de adotar a *blockchain* como solução universal para todos os nossos problemas. Primeiramente, é preciso analisar qual é a deficiência da cadeia produtiva para que assim se possa pensar em alternativas envolvendo a aplicação da *blockchain*", ressalta. Além disso, deve-se projetar a viabilidade da tecnologia no processo produtivo e seu impacto na eficiência, eficácia e efetividade da empresa. "É necessário abordar quais problemas dentro de um sistema podem ser coerentemente solucionados via *blockchain* e não como essa impactará em minha produção, para que a aplicação da *blockchain* não vire um problema e um impasse maior do que os já existentes dentro da empresa", evidencia Oshima.

Numa perspectiva nacional, o membro da Câmara Técnica de Inovação do Instituto de Engenharia do Paraná destaca que os criptoativos encontram obstáculos sobre incertezas acerca de sua possível regulamentação, o que inviabiliza a segurança e execução de determinadas ofertas de moedas, ativos, tokens. No entanto, a necessidade de regulamentar esbarra no próprio caráter descentralizado dos criptoativos. A doutrina disruptiva da *blockchain*, apesar de demonstrar a celeridade e segurança da descentralização de serviços, esbarra em questões regulamentares, tal como o caso do registro de imóveis.

Na avaliação de Oshima, uma efetiva revolução pode demorar anos, até séculos. Tal inovação não necessariamente representa uma ruptura total de uma cadeia de produção e serviços. "No caso das criptomoedas, por enquanto, essas se apresentam como uma alternativa e um potencial exponencial de exploração, porém não decretaram a derrota do sistema bancário. Por outro lado, destaca-se que o contra-ataque dos bancos avança 'na mesma moeda', na medida que estes já estudam como implementar a tecnologia *blockchain* em seus sistemas", diz.

Em relação ao processo de automatização das relações trabalhistas, Oshima aponta que é preciso estar atento para a substituição dos recursos humanos pela tecnologia, movimento evidente desde a primeira revolução industrial. A novidade, na atual quarta revolução, concentra-se na utilização de *bots* de atendimento e inteligência artificial para atender questões que anteriormente eram tratadas exclusivamente de forma pessoal, tais como *chats* e *call center*.

Segundo Oshima, é inegável que a indústria 4.0 alterou radicalmente o conceito de desempenho nas relações negociais. O mercado exige cada vez mais do profissional competências extrínsecas à sua formação e qualificação. "A tecnologia não vem para substituir o profissional pesquisador e sim demandar que este aprimore sua capacidade de trazer soluções e interpretações cumuladas com segurança, celeridade e eficiência, as quais ainda nem todos as máquinas são capazes de fornecer. No entanto, aquele que encontra-se estagnado e acostumado a exercer atividades repetitivas, robóticas, deve sim se preocupar com as inovações, uma vez que "a tecnologia não pede licença, pode pedir desculpas depois", conclui.

## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Construção demite 195 mil empregados em um ano, segundo a PNAD Contínua do IBGE

**Veículo:** D24AM

**Data:** 30.09.18

**Caderno:** Economia

**Página:** On-line

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Link:** <http://d24am.com/economia/empregos/construcao-demite-195-mil-empregados-em-um-ano-segundo-pnad-continua-do-ibge/>

### EMPREGOS

Publicado em 30 de setembro de 2018 às 17:30

## Construção demite 195 mil empregados em um ano, segundo a PNAD Contínua do IBGE

Também houve corte de vagas em transporte, armazenagem e correio, com 19 mil demissões, uma queda de 0,4% na ocupação no setor

Da Redação / [redacao@diarioam.com.br](mailto:redacao@diarioam.com.br)



**Manaus** – A construção cortou 195 mil postos de trabalho no período de um ano, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), iniciada em 2012 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O total de ocupados na atividade encolheu 2,8% no trimestre encerrado em agosto de 2018 ante o mesmo período de 2017.

Também houve corte de vagas em transporte, armazenagem e correio, com 19 mil demissões, uma queda de 0,4% na ocupação no setor.

Na direção oposta, a indústria abriu 19 mil vagas. A atividade de Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas – que inclui alguns serviços prestados à indústria – registrou um crescimento de 121 mil vagas em um ano. O setor de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura contratou 40 mil empregados a mais.

Também houve aumento no contingente de trabalhadores do comércio (+42 mil), alojamento e alimentação (+96 mil empregados), outros serviços (+260 mil pessoas), administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (+473 mil vagas) e serviços domésticos (+156 mil).



## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Senai, cbic e sinduscon aplicam técnicas do lean construction para aumentar produtividade de obra no distrito federal

**Veículo:** CBIC Hoje

**Data:** 28.09.18

**Caderno:** Newsletter

**Página:** On-line

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Link:** [https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/09/CBIC\\_newsletter\\_158.pdf](https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/09/CBIC_newsletter_158.pdf)

### SENAI, CBIC E SINDUSCON APLICAM TÉCNICAS DO LEAN CONSTRUCTION PARA AUMENTAR PRODUTIVIDADE DE OBRA NO DISTRITO FEDERAL

PARCERIA FORTALECE ESTRATÉGIAS DAS INSTITUIÇÕES PARA GERAÇÃO DE NEGÓCIOS



Especialista em Lean Construction/SENAI, CBIC e Empresa Parceira

Por meio de análises e buscas de novas oportunidades de colocar a indústria da construção civil atualizada com novas técnicas de alinhamento de melhoria contínua e aumento de produtividade, o Departamento Nacional do Senai e a CBIC proporcionaram a experiência de aplicação de técnicas de aumento de produtividade através do *Lean Construction* (LC) a uma construtora localizada no Distrito Federal no mês de agosto de 2018. A parceria fortalece os focos estratégicos das Instituições para viabilizar e dar condições de impulsionar a criação de negócios, por meio de inovação e tecnologias. Nos últimos anos, surgiram literaturas, tornando amplamente documentada a implementação do LC, que provem sua base do *Lean Manufacturing*, tendo como objetivo principal a redução de desperdícios do processo tornando mais produtivo.

O LC está ganhando força, fornecendo uma estrutura para uma melhor eficiência da mão de obra, de modo

que as empresas de construção civil tirem mais produtividade de sua força de trabalho.

Ao contrário da prática tradicional de tentar otimizar cada atividade individual, os princípios do LC exigem minimizar o desperdício durante todo o ciclo do projeto. Na verdade, a melhor maneira de obter valor é incorporar práticas enxutas no planejamento inicial antes que o projeto seja aprovado (BADRAN, 2017).

#### Os princípios do LC incluem:

- Melhor planejamento de comunicação com o cliente, força de trabalho, contratados e fornecedores com acesso aberto ao cronograma, projeto e fluxo de trabalho do projeto;
- Eliminar desperdício de materiais, duplicação de esforços e erros de projeto;
- Planejamento inicial do trabalho que inclui foco no fluxo de trabalho, distribuição de tarefas e carga de

trabalho e um escopo claramente definido;

- Agendamento antecipado com entregas *just-in-time*, disponibilidade de recursos, acesso a planta e coordenação de outras dependências de recursos;
- Planejar e coordenar atividades externas de fabricação e construção modular para reduzir o congestionamento do local, distribuir a carga de trabalho, minimizar a força de trabalho de campo e melhorar a entrega *just-in-time*.

#### APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS NA APLICAÇÃO DO LC NA CONSTRUTORA ESTUDADA

As técnicas do LC foram aplicadas em uma obra no DF por consultores do Senai, no mês de agosto, obtendo resultados significativos no processo de: Serviço de execução de pintura e revestimento.

#### SERVIÇO DE EXECUÇÃO DE PINTURA

##### Contextualização:

- Previsão de entrega de 2 apartamentos em 6 dias;
- Serviço realizado com 2 profissionais;
- Quantidade de material disponível para executar 13 apartamentos.



Fonte: SENAI – Departamento Nacional, 2018

#### META

- Reduzir em 20% o tempo de entrega do serviço.

#### AÇÕES:

- Balancear processo de aplicação de massa PVA;
- Aquisição de rolos de textura para aplicação de massa;
- Distribuição do estoque de matéria prima por ambiente de aplicação;
- Padronizar a sequência de serviços por ambientes;
- Aquisição de desempenadeira de 65 cm;
- Adaptação do método de aplicação utilizando as novas ferramentas no processo.

#### CONCLUSÃO

Segundo Ballard e Howell (1998), a implementação do LC levará a mudanças em quase todos os aspectos do projeto e gestão da Construtora. Nenhum guia passo a passo pode ser oferecido porque a mudança no nível do modelo mental é um processo de desenvolvimento.

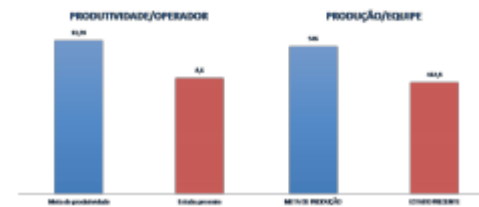
#### RESULTADOS

	ESTADO ATUAL	ESTADO FUTURO	%
LEAD TIME	217,45 H	207,9 H	4,6%
TEMPO DE CICLO	36,7 H	17,81 H	51,2%
PRODUTIVIDADE	1,67m <sup>2</sup> /min.	2,09m <sup>2</sup> /min.	25,2%
MOVIMENTAÇÃO	1,1km	0,7 km	35%
PRAZO	6 DIAS	3 DIAS	50%
RESULTADO OPERACIONAL	R\$ 40.144,00	R\$ 70.486,00	90%
			<b>R\$39.344,00</b>

Fonte: SENAI – Departamento Nacional, 2018

#### SERVIÇO DE EXECUÇÃO DE REVESTIMENTO

Contextualização: Com a produtividade atual entregaremos os 6 apartamentos com 9 dias de atraso.



Fonte: SENAI – Departamento Nacional, 2018

#### META

- Aumentar a produtividade para 11,39m<sup>2</sup>/dia/operador no assentamento de pisos da obra.

#### AÇÕES

CAUSA	CONTRAMEDIDA	DESCRIÇÃO
ODIOSIDADE DO AJUDANTE	APROVEITAR MELHOR O AJUDANTE	DESIGNAR ATIVIDADES COMO TRANSPORTE DE PEÇAS E FERRAMENTAS, LIMPEZA DA ÁREA E OUTRAS ATIVIDADES
FALTA DE ÁGUA NO PAVIMENTO	ABASTECER A ÁREA DE TRABALHO	COLOCAR RECIPIENTE COM ÁGUA EM TODOS OS PAVIMENTOS
FALTA DE INFORMAÇÃO	DISPONIBILIZAR O PROJETO DE REGISTRAÇÃO	FIXAR EM UM LOCAL DE FÁCIL VISUALIZAÇÃO O PROJETO DE REGISTRAÇÃO PARA QUE O LADILHEIRO POSSA VER AS INFORMAÇÕES
DEMANDA NO TEMPO DE CORTE E FURO DA PEÇA	ORGANIZAR A ÁREA DE TRABALHO DISPONIBILIZAR AS INFORMAÇÕES	FIXAR AS INFORMAÇÕES EM LOCAL VISÍVEL ORGANIZAR AS FERRAMENTAS EMPREGADAS PRÓXIMO À BARRACA DE CORTE

Fonte: SENAI – Departamento Nacional, 2018

#### RESULTADOS

INDICADOR	EP	EF	GANHOS
QUALIDADE	99,71%	100%	0,3%
MOVIMENTAÇÃO*	200,2 m	39,2 m	80,4%
PRODUTIVIDADE	8,6 m <sup>2</sup> /dia/operador	11,39 m <sup>2</sup> /dia/operador	32,4%
RECEITA/MÊS*	R\$ 8.626,10	R\$ 11.424,59	<b>R\$ 2.798,49</b>
PRAZO	12 meses	8 meses	33,3%
			4 meses

Fonte: SENAI – Departamento Nacional, 2018

A busca pelo aumento de eficiência na construção civil deve estar alinhada com a utilização da filosofia do LC, a quebra de paradigmas deve acontecer para que o LC realmente seja aplicado na sua totalidade. Nesse artigo foram apresentados resultados com a aplicação dos princípios e ferramentas do LC, sem investimentos, apenas melhorias no processo.

#### AUTORES:



Carlos Antonio Viazatti  
Mestre em Engenharia de Produção



Alexandre de Souza Corêa  
Consultor de Empresas no Senai/SC



Dyanne Karla F. Tavares de Lima  
Mestre em Engenharia de Produção (UFPA)

## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Emprego na construção cresce em agosto e reduz ritmo de queda

**Veículo:** AEC Web

**Data:** 28.09.18

**Caderno:** Economia

**Página:** On-line

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Link:** [https://www.aecweb.com.br/cont/n/emprego-na-construcao-cresce-em-agosto-e-reduz-ritmo-de-queda\\_17958](https://www.aecweb.com.br/cont/n/emprego-na-construcao-cresce-em-agosto-e-reduz-ritmo-de-queda_17958)

# Emprego na construção cresce em agosto e reduz ritmo de queda

Texto: Yuri Soares

Setor registrou alta de 0,57% em relação a julho. Apesar do resultado, retomada do crescimento do mercado de trabalho continua lento, avalia Sinduscon-SP



Segmento de serviços da construção foi o principal gerador de vagas (Créditos: divulgação/Prefeitura de Piumhi)



**28/09/2018 | 10:48** - De acordo com dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho, 11,8 mil **empregos formais** foram gerados no **setor da construção civil**, em agosto deste ano. O setor registrou o quarto saldo positivo mais expressivo do mês, com alta de 0,57% em relação a julho.

O principal gerador de vagas no setor foi o segmento de serviços da construção, seguido da infraestrutura e de edificações. A região Sudeste teve o maior número de vagas geradas, com 5.896 oportunidades de emprego.

Apesar disso, no acumulado de 12 meses, a construção civil possui um saldo negativo de 14,2 mil vagas de empregos formais. O principal responsável pelo resultado foi o segmento de edificações, que perdeu 23,9 mil vagas no período. Em infraestrutura, o número de vagas perdidas foi de 9,4 mil, enquanto que o segmento de serviços da construção registrou saldo positivo de 4,7 mil vagas.

Segundo o CBIC, o resultado mostra que o ritmo de melhora do mercado de trabalho da construção ainda é insuficiente para que as vagas perdidas entre agosto de 2017 a agosto de 2018, sejam recuperadas.

“Nos últimos 12 meses, acabamos perdendo 14,2 mil empregos. Continuamos insistindo que a falta de condições para o investimento é que está gerando essa perda. O Brasil não terá um crescimento sustentável se não for gerado emprego baseado no investimento”, aponta o presidente da CBIC, José Carlos Martins.

A estimativa é que o saldo de setembro seja positivo, entretanto a situação deve ser diferente nos meses restantes deste ano. Em razão da divulgação fraca do Produto Interno Bruto (PIB) e o ritmo ainda modesto do emprego, a previsão é de que o setor termine o ano com resultado negativo, de atividade e geração de emprego próximo de “zero”.



## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Debate mobiliza atenção de militantes e indecisos

**Veículo:** A Crítica

**Data:** 29.09.18

**Caderno:** Tema do dia

**Página:** A3

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

# Debate mobiliza atenção de militantes e indecisos

Evento promovido pela TV A Crítica, pouco mais de uma semana do pleito, se pautou nas propostas dos cinco candidatos

### GEIZYARA BRANDÃO

politica@acritica.com

Os candidatos ao governo do Estado do Amazonas, deputado David Almeida (PSB) e jornalista Wilson Lima (PSC), protagonizaram momentos de tensão durante o debate realizado pela TV A Crítica, filiada da Rede Record, no final da tarde de ontem. O atual governador, que concorre à reeleição, Amazonino Mendes (PDT) não compareceu.

Temas como o desenvolvimento econômico do Estado, emprego e renda e segurança pública tiveram destaque. Almeida questionou Lima sobre o campo de gás natural de Azulão, localizado em Silves, mas o jornalista apontou as potencialidades de Parintins e Itacoatiara, uma vez que o tema específico era o interior do Estado. “Como candidato a governador, o senhor fez uma

### Saiba mais

#### >> Calendário

Na próxima quinta-feira (04), será o último dia para a divulgação da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão. A propaganda eleitoral mediante alto-falantes ou amplificadores de som, distribuição de material gráfico, passeata poderá ser realizado até o dia 6.

resposta digna de um dos maiores apresentadores de TV do Amazonas”, alfinetou o deputado.

“Infelizmente não posso fazer o mesmo elogio a você (David Almeida) enquanto gestor, enquanto governador. É muito fácil chegar ao debate e fazer pegadinha”, retrucou Wilson Lima, enfatizan-

do que ser apresentador não é demérito.

### **VIOLÊNCIA**

Única mulher a disputar a vaga majoritária, Lúcia Antony (PCdoB) indagou ao candidato e senador Omar Aziz (PSD) sobre as políticas públicas para o combate da violência contra a mulher. O candidato defendeu que as mulheres precisam ser acolhidas nas delegacias.

"Não há nada mais constrangedor que uma mulher ir a uma delegacia e ser atendida por um homem. Ela se sente mal e muitas vezes até discriminada por isso. Vamos colocar delegacia da mulher em todos os municípios do interior do Estado do Amazonas", disse Aziz.

Também referente à segurança, o candidato Berg da UGT salientou que é necessário o policiamento preventivo nas zonas mapeadas por um estudo realizado para a Copa do Mundo de 2014. "Nós temos que ter o efetivo completo da Polícia militar. Nós teria-

mos que ter 15 mil policiais e hoje nós só temos 8,4 mil. O contingente está reduzido em quase 50%", apontou.

### **SERVIÇO PÚBLICO**

Os candidatos defenderam a efetivação de servidores públicos, principalmente nas áreas de saúde e segurança. Lúcia Antony se posicionou contra a reforma trabalhista, ressaltando que Omar participou da votação. "Nós precisamos ter o compromisso para garantir ao trabalhador, aquele que constrói a riqueza, que ele possa usufruir dela. Essa reforma trabalhista acaba com a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Agora querem fazer a privatização no setor público", afirmou.

Aziz disse que contratará 4 mil PMs e fará concurso para a saúde. "É muito importante que a pessoa saiba que ela vai crescer na carreira, assim como ela entra, ela vai ser promovida, como fiz no plano de cargos, carreira e salário dos professores", declarou.



## Eleitor pode conhecer propostas

Candidatos ao cargo majoritário que possuem pouco tempo de propaganda na televisão destacam o saldo positivo do debate da TV A CRÍTICA. “É muito positivo oportunidades como essa que o eleitor pode comparar as propostas”, afirmou o jornalista e candidato Wilson Lima (PSC).

O jornalista contou que a opção de não se aliar a grandes partidos deixou o tempo de propaganda pequeno. “Aqui é uma das poucas oportunidades em que se tem tempo igual”, declarou Lima.

Com 13 segundos de tempo de propaganda eleitoral, o candidato Berg da UGT explicou que não há como dizer “o que

fazer, como fazer e o porquê fazer”. “Nesses debates a gente tem dito para as pessoas confie em mim, que a gente pode fazer a diferença”, disse.

Logo no início do debate, Berg questionou Wilson Lima sobre as diferenças de valores investidos na campanha e o tempo de TV. “Nós tomamos uma decisão muito firme no momento em que nós decidimos disputar o pleito, porque nós estamos caminhando ao lado de partidos em que as pessoas têm o comprometimento de fazer as mudanças”, respondeu Lima.

“Nós estamos colocando isso para que no futuro possamos fazer igualitária a nossa disputa nos outros pleitos”, replicou Berg.



## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Obra na AM-070 está avançada

**Veículo:** A Crítica

**Data:** 30.09.18

**Caderno:** Economia

**Página:** C8

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)



As obras de duplicação da AM-070, a rodovia Manuel Urbano, estão ocorrendo em ritmo acelerado. Até o final de novembro, alguns novos trechos começarão a ser liberados para o tráfego de veículos. Na quarta-feira (26/09), o titular da Secretaria de Estado de Infraestrutura (Seinfra), secretário Oswaldo Said, esteve percorrendo a estrada, verificando o andamento dos trabalhos. Ele ficou satisfeito com o que viu.

Nas primeiras horas da manhã, por volta das 7h, várias frentes de obras já se encontravam em plena atividade. “A duplicação da AM-070 é uma das prioridades do Governo do Amazonas. Ela está transcorrendo dentro do cronograma previsto e, brevemente, estaremos concluindo e liberando pontes e trechos da via”, anuncia Said.

A duplicação da rodovia tem sido motivo de muita alegria e orgulho para famílias que residem nas imediações da estrada que liga Manaus ao município de Manacapuru (a 80 quilômetros da capital). Os trabalhos na área começaram em 2012, mas durante longos períodos ficaram praticamente estagnados.

A aposentada Maria Dalva não esconde sua felicidade e espanto com as obras realizadas

# 78,14

é o número de quilômetros de via nos dois sentidos da AM-070. Cada pista terá 7,20 metros de largura, acostamento com 1,50 metro e faixa central de 0,70cm.

pelo Governo do Amazonas, por meio da Secretaria de Estado de Infraestrutura (Seinfra). “Moro aqui há 46 anos e, durante todo esse tempo, nunca tinha visto um trabalho assim tão grande e tão bonito”, comemora ela que vive no km 58 da via.

Em 2017, a equipe do governador Amazonino Mendes atualizou o projeto e ajustou licenças junto ao Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) e ao Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Arqueológico (Iphan) - mais precisamente nas tratativas para diminuir o impacto ambiental e em questões relacionadas à entrada de máquinas nos sítios arqueológicos. Só assim as frentes de trabalho puderam avançar.

Abraçada aos dois netos, Maria Dalva fala de sua preocupa-





Trabalhos na AM-070 são intensificados pela Seinfra desde as primeiras horas do dia



Dona Maria Dalva assiste ao avanço das obras da AM-070 na varanda de casa

ção com a rodovia que passa na porta de sua casa. “Ela (a AM-070) era muito perigosa para os pedestres. Agora, sim, meus meninos poderão andar com

tranquilidade por aqui”, lembra, frisando que acredita que a obra de duplicação irá trazer mais segurança para sua família e vizinhança.



## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Qual é o processo para o leilão de um imóvel

**Veículo:** TERRA

**Data:** 28.09.18

**Caderno:** Economia

**Página:** On-line

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Link:** <https://www.terra.com.br/noticias/dino/qual-e-o-processo-para-o-leilao-de-um-imovel,418a75428a9e7dc600a1b3262bbafd21jbxlt5f0.html>

DINO

# Qual é o processo para o leilão de um imóvel

📅 28 SET 2018 ⌚ 14h44



COMENTÁRIOS

**E**mbora os primeiros sinais de recuperação econômica já estejam se tornando visíveis para os brasileiros, alguns reflexos da pesada crise que gerou instabilidade na política e na economia do país ainda podem ser sentidos. A população, de uma forma geral, perdeu poder de compra, precisou abrir mão de alguns hábitos de consumo e boa parte se tornou inadimplente em seus compromissos.



Foto: DINO / DINO

A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) no final de 2017, constatou que 62,2% das famílias brasileiras estão endividadadas. As dívidas vão desde os cartões de crédito a financiamento de automóveis, mas o que mais preocupa são os financiamentos imobiliários já que, na maioria dos casos, os próprios imóveis é que são oferecidos como garantia.

A Caixa Econômica Federal, por exemplo, banco público que é líder histórico na quantidade de financiamentos imobiliários do país, retomou quase 30 mil imóveis de clientes inadimplentes somente no ano de 2017. Em 2016 o número não chegou a 18 mil imóveis e, em 2015, mal passava dos 13 mil. Para 2018, a tendência é que o número continue crescendo porque, só de janeiro a maio, 17.559 imóveis já foram retomados por falta de pagamento.

### **O que acontece com esses imóveis?**

Quando retomados pelos bancos, os imóveis dos inadimplentes geram muitas despesas, porque a responsabilidade de quitar impostos como taxas de condomínio e IPTU, bem como zelar pela conservação e manutenção, passa a ser dos bancos. Por isso, para "escoar" a grande quantidade de imóveis estagnados, os bancos costumam ofertá-los através de grandes leilões.

"É triste constatar que com a crise tanta gente perdeu para as instituições bancárias o imóvel financiado, mas essa é uma realidade. Os leilões de imóveis, entretanto, costumam ser muito atrativos para novos compradores justamente pela oferta de imóveis com preços muito abaixo dos praticados pelo mercado", explica Juliana Gil, Diretora de Incorporação da Promoval Incorporadora ([www.promoval.com.br](http://www.promoval.com.br)).



A principal casa de leilões online do Brasil também percebeu o aumento no número de operações. Em 2015, foram 50 operações; em 2017, o número saltou para 350. Em 2018, só no primeiro semestre, já foram 650 leilões. Parte desse crescimento exponencial é explicada pela dificuldade encontrada pelos bancos em vender esses imóveis, já que valores mais baixos frequentemente não são suficientes para atrair os compradores.

### **Cuidados para comprar um imóvel em leilão**

Em média, os descontos de um imóvel retomado giram em torno de 40%, mas no último leilão anunciado pelo banco Santander, há imóveis com redução de preço de até 76%. Apesar da oferta que de tão atrativa parece irrecusável, o comprador precisa estar atento a alguns detalhes. Muitos desses imóveis sequer foram desocupados pelos antigos donos; portanto, além de não poder nem visitar o imóvel em questão, o novo comprador possivelmente terá que entrar com uma ação judicial para que o imóvel seja devidamente desocupado.

A contratação de um advogado também é uma etapa altamente recomendada para outras tarefas, como consultar antigos débitos relacionados ao imóvel que podem ser herdados pelo novo comprador, e até mesmo para verificar se não há nenhuma ação contra a execução do leilão, já que nem sempre os bancos esperam os julgamentos finais para dar prosseguimentos aos leilões.

As desocupações podem se arrastar por meses ou até anos na Justiça, então é fundamental consultar um profissional habilitado e especializado no mercado imobiliário para verificar se a espera e os custos com processos judiciais realmente fazem a redução no valor do imóvel ser um fator de compensação. A principal dica, que deve estar na mente de qualquer comprador, é nunca arrematar um imóvel por impulso, já que o que pode parecer ser um bom negócio hoje é capaz de gerar muitos transtornos no futuro.

### **Saiba mais sobre o Grupo Promoval**

A Promoval Incorporadora atua no mercado imobiliário com o objetivo de ofertar imóveis de qualidade a preços acessíveis, buscando um atendimento de excelência e um comprometimento que possam ir além de uma negociação de compra e venda. Com sede em Vinhedo, no interior do estado de São Paulo, a Promoval Incorporadora dispõe de centenas de obras em andamento e mais de 500 unidades entregues em todo o Brasil. Para mais informações, acesse [www.promoval.com.br](http://www.promoval.com.br).

Website: <http://www.promoval.com.br>

## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Lava Jato deixa hiato na infraestrutura, afirma presidente da Triunfo

**Veículo:** Folha de S. Paulo

**Data:** 30.09.18

**Caderno:** Economia

**Página:** On-line

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Link:** <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/09/lava-jato-deixa-hiato-na-infraestrutura-afirma-presidente-da-triunfo.shtml>

# Lava Jato deixa hiato na infraestrutura, afirma presidente da Triunfo

Para empresário, a construção civil precisava de reequilíbrio, mas operação destruiu engenharia do país



Taís Hirata

**SÃO PAULO** A explosão da Lava Jato veio em um momento em que o mercado de construção civil estava muito concentrado e precisava de um reequilíbrio. Porém, a operação “destruiu a engenharia do país” e deverá provocar um hiato na infraestrutura, até que o espaço deixado pelas empresas investigadas seja preenchido.

A avaliação é do presidente da Triunfo, Carlo Bottarelli.

A entrevista, concedida em meados de setembro, ocorreu antes da [última operação da Lava Jato na quarta-feira \(26\), que atingiu a Econorte](#), da Triunfo. Procurada pela reportagem, a empresa informou em nota que já havia criado em março um comitê interno para investigar as denúncias e colaborava com os investigadores.

**Além do imbróglio do porto em Santos, a Triunfo tem tido diversos problemas com suas concessões. O que deu errado?** O contrato de concessão por sua natureza é imperfeito. Um contrato de 25 anos de duração tem que estar suficientemente adequado a receber flexibilidade. Existe uma rigidez, que nasce da lei de licitações, que limita a expansão de contratos de obras.

No entanto, alguns órgãos de controle e o judiciário expandiram essa rigidez para as concessões. Criou-se um engessamento.





A Econorte, concessão da Triunfo, foi alvo da última operação da Lava Jato, que investiga casos de suposta corrupção nas concessões de rodovias federais no Estado do Paraná  
Cassiano Rosário/Futura Press/F/

**Uma das críticas é que há uma cultura excessiva de fazer aditivos nos contratos. Mas esse é o contrato imperfeito. Se o aditivo está correto e respeita o interesse público, qual o problema?**

Mas acha que houve abusos de empresas que contaram com esses aditivos na hora de dar lances mais competitivos no leilão, pensando: eu ganho, depois renegocio? Não acho. Ninguém faz isso. Ninguém joga no risco. Porque tem o risco de não renegociar, que é muito alto, e aí você amarga 25 anos de contrato. Isso é uma cultura de obra.

Na obra você faz isso. Construtora compra esse risco, porque dura dois anos a obra. Em concessões de 25 anos, se você entra errado, você termina errado, a tendência é só piorar.

**O que precisa ser feito para melhorar?** Precisa fortalecer as agências, delimitar a atuação dos órgãos de controle. Tem que criar algum mecanismo de controle para o erro imperfeito, o cara tem direito de errar sim, desde que não tenha dolo.

É um campo muito complexo de falar hoje em dia porque hoje a temática é de caça às bruxas e busca de culpados. Mas a pessoa tem direito de errar, o erro existe, é da natureza humana.

**Com a Lava Jato, o setor de infraestrutura passou a ser visto com mais desconfiança. Como sentem isso?** O setor está sob análise. Existem empresas mais atingidas, que são as que circulavam ao redor da Petrobras. Mas vejo isso muito na área de construção.


Sem dúvida, precisava-se fazer alguma coisa. O mercado estava muito concentrado, algumas empresas tinha muita força, decidiam. Tinha que ter um reequilíbrio do mercado. Mas nós destruimos a engenharia brasileira. Precisa destruir as empresas? Não sei. A coisa estava tão evoluída, que não sei.

Tem empresas que possam repor [o espaço deixado pelas investigadas]? Acho que tem, vai ser ciclo mais demorado, porque tem menos investimento público. Vamos ter que passar por um hiato.

Nós fomos afetados indiretamente, tivemos [operações de] busca e apreensão, mas nenhuma sentença. Mas afetou o mercado, fica uma desconfiança. Fizemos investigação interna, criamos política interna, analisamos contratações. O tempo vai dizer. Precisava mexer. Precisava destruir? Não sei.

**O que falta para retomar os investimentos em infraestrutura no país?** Segurança jurídica. É só segurança jurídica, regulatória. Recursos não precisa, recursos você pode encontrar onde quiser. Mas é duro, hoje o passado não é previsível. Você pode assinar um aditivo ao contrato e depois de quatro anos o TCU [Tribunal de Contas da União] questionar.


**Um dos temas regulatórios que interessa a empresa é o decreto que regulamentaria a devolução de concessões com problemas financeiros, que chegou a ser anunciado pelo presidente, mas ainda não saiu. Qual o impacto da demora?** É uma solução melhor do que uma rescisão unilateral. É menos traumático. Mas entendo o presidente que, por conta do [inquérito que investiga suposto favorecimento a uma empresa com a assinatura do] Decreto dos Portos, não assina mais nada até o fim do mandato dele.



Com todo o constrangimento que ele [Temer] está sofrendo, não imagino que faça um decreto que, se for olhar no fundo, vai facilitar vida de quem? Meia dúzia de empresas. Com certeza levaria a uma ação de improbidade.

**No aeroporto de Viracopos, que entrou em recuperação judicial, ainda há a intenção de devolver a concessão? É sempre uma saída.** As duas coisas não se conversam hoje, mas pode ser uma saída.

**A empresa tem planos de projetos novos? É o porto.** Não adianta ir buscar projetos novos que vão demandar capital no momento em que não só não tenho capital como tenho uma disciplina de capital diferente, que é organizar a casa.





## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Programas de crédito financiam projetos de energia solar no Amazonas

**Veículo:** Amazonas Atual

**Data:** 01.10.18

**Caderno:** Economia

**Página:** On-line

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Link:** <http://amazonasatual.com.br/programas-de-credito-financiamento-projetos-de-energia-solar-no-amazonas/>

1 de outubro de 2018

# Programas de crédito financiamento projetos de energia solar no Amazonas



Projetos da Afeam financiam produção de energia solar no Amazonas (Foto: IBDA/Divulgação)

## Da Redação

MANAUS – A Afeam (Agência de Fomento do Estado do Amazonas) lança linha de crédito para financiar projetos de energia solar. Os programas Afeam Inovar e Afeam Energia Solar têm finalidades diferentes. O Afeam Inovar é direcionado às inovações tecnológicas, de produtos, serviços ou em marketing. Já o Energia Solar é para proporcionar economia na conta de luz, com a geração de energia renovável limpa.

As duas linhas de financiamento foram aprovadas pelo Comitê Técnico do Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas (FMPES), em sua 88<sup>a</sup> reunião ordinária. O FMPES é um recurso que custeia diretamente as linhas de financiamento da Agência de Fomento. Órgãos como Sepror, Sebrae, Federação da Agricultura do Amazonas (Faea), Idam, Sefaz, ACA, Fieam, Cieam, Seplancti e Sema participam do comitê.

O Afeam Inovar é exclusivo para pessoa jurídica com empréstimos que variam de R\$ 1 mil a R\$ 150 mil. Os prazos para pagamento chegam a 96 meses, com carência de 24 meses. A Fapeam (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas) participa da iniciativa.

Já o Energia Solar financiará projetos de substituição de energia elétrica comercial, industrial e rural de concessão pública por estação privada de geração de energia fotovoltaica. Ele abrange pessoas físicas e jurídicas com financiamentos que vão de R\$ 30 mil até R\$ 2 milhões, com prazos de 96 meses de pagamento e carência de 12 meses.

## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Sucessão presidencial: principais candidatos comprometem-se com aprovação das reformas e retomada do investimento

**Veículo:** CBIC Hoje

**Data:** 28.09.18

**Caderno:** Newsletter

**Página:** On-line

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Link:** [https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/09/CBIC\\_newsletter\\_158.pdf](https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/09/CBIC_newsletter_158.pdf)

### SUCESSÃO PRESIDENCIAL: PRINCIPAIS CANDIDATOS COMPROMETEM-SE COM APROVAÇÃO DAS REFORMAS E RETOMADA DO INVESTIMENTO

CONHEÇA AS PROPOSTAS DOS PRESIDENCIÁVEIS SOBRE ALGUNS TEMAS DE INTERESSE DO SETOR

TRE-SC/Divulgação/ND



O brasileiro prepara-se para escolher o próximo presidente da República. Há uma semana do pleito, o **CBIC Mais** examinou os programas de governo registrados pelos principais candidatos junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e apresenta os posi-

cionamentos oficiais sobre alguns temas de interesse da indústria da construção. Foram mapeados os programas dos cinco candidatos mais bem posicionados nas pesquisas de opinião.

Boa leitura.





**JAIR BOLSONARO (PSL)**

Vice: General Hamilton Mourão

Na sua primeira tentativa de conquistar a Presidência da República, o deputado federal inclui entre suas prioridades reduzir o tamanho do Estado pela extinção de Ministérios, a desburocratização e descentralização da gestão do Executivo Federal, e a aprovação de reformas estruturais. **Conheça alguns dos principais pontos do seu programa de governo, intitulado *O caminho para a prosperidade*, com impacto potencial sobre a indústria da construção:**

#### **GERAÇÃO DE EMPREGO**

Criaremos uma nova carteira de trabalho verde e amarela, voluntária, para novos trabalhadores. Assim, todo jovem que ingresse no mercado de trabalho poderá escolher entre um vínculo empregatício baseado na carteira de trabalho tradicional (azul) – mantendo o ordenamento jurídico atual –, ou uma carteira de trabalho verde e amarela (onde o contrato individual prevalece sobre a CLT, mantendo todos os direitos constitucionais). Além disso, propomos a permissão legal para a escolha entre sindicatos, viabilizando uma saudável competição que, em última instância, beneficia o trabalhador. O sindicato precisa convencer o trabalhador a voluntariamente se filiar, através de bons serviços prestados à categoria. Somos contra o retorno do imposto sindical.

#### **INFRAESTRUTURA**

Desburocratizar, simplificar, privatizar, pensar de forma

estratégica e integrada; o setor pode deixar de ser um gargalo para se transformar em solução. Havendo baixo risco regulatório, o Brasil poderá atrair uma grande quantidade de investimentos, gerando empregos e reduzindo o custo para seus usuários.

#### **REFORMA DA PREVIDÊNCIA**

Há de se considerar aqui a necessidade de distinguir o modelo de previdência tradicional, por repartição, do modelo de capitalização, que se pretende introduzir paulatinamente no País. E reformas serão necessárias tanto para aperfeiçoar o modelo atual quanto para introduzir um novo modelo. A grande novidade será a introdução de um sistema com contas individuais de capitalização. Novos participantes terão a possibilidade de optar entre os sistemas novo e velho. E aqueles que optarem pela capitalização merecerão o benefício da redução dos encargos trabalhistas. Obviamente, a transição de um regime para o outro gera um problema de insuficiência de recursos na medida em que os aposentados deixam de contar com a contribuição dos optantes pela capitalização. Para isso será criado um fundo para reforçar o financiamento da previdência e compensar a redução de contribuições previdenciárias no sistema antigo.

#### **REFORMA TRIBUTÁRIA**

Nossa reforma visa a unificação de tributos e a radical simplificação do sistema tributário nacional. As propostas incluem: a) gradativa redução da carga tributária bruta brasileira paralelamente ao espaço criado por controle de gastos e programas de desburocratização e privatização; b) simplificação e unificação de tributos federais eliminando distorções e aumentando a eficiência da arrecadação; c) descentralização e municipalização para aumentar recursos tributários na base da sociedade; d) discriminação de receitas tributárias específicas para a previdência na direção de migração para um sistema de capitalização com redução de tributação sobre salários; e) introdução de mecanismos capazes de criar um sistema de imposto de renda negativo na direção de uma renda mínima universal; e f) melhorar a carga tributária brasileira fazendo com que os que pagam muito paguem menos e os que sonham e burlam, paguem mais.

Leia a íntegra aqui: <https://static.poder360.com.br/2018/08/Plano-governo-Bolsonaro.pdf>





**FERNANDO HADDAD (PT)**

Vice: Manuela D'Ávila

Na sua primeira tentativa de conquistar a Presidência da República, o ex-ministro e ex-prefeito de São Paulo inclui entre suas prioridades a aprovação de uma reforma política, a revogação do teto de gastos públicos e da reforma trabalhista; e a geração de empregos. **Conheça alguns dos principais pontos do seu programa de governo, intitulado *O Brasil feliz de novo, com impacto potencial sobre a indústria da construção*:**

#### **GERAÇÃO DE EMPREGO**

O novo governo Lula irá, em seus primeiros meses de mandato, propor um Plano Emergencial de Emprego, visando elevar a renda, ampliar o crédito e gerar novas oportunidades de trabalho. A grande prioridade será a juventude. Entre as ações, destacam-se: retomada imediata das obras inacabadas em todo o País, selecionadas por importância estratégica regional, bem como as pequenas iniciativas no plano municipal; Retomada dos investimentos da Petrobras; retomada do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV); reforçar os investimentos no programa Bolsa Família, incluindo aqueles que voltaram à pobreza com o golpe; criação de linhas de crédito com juros e prazo acessíveis, que busquem atender as famílias que hoje se encontram no cadastro negativo; implantação do programa nacional de apoio às atividades da economia social e solidária.

#### **INFRAESTRUTURA**

Para ampliar os investimentos em infraestrutura, o governo Lula também irá expandir a parceria com o setor privado por meio de concessões e outras parcerias pú-

blico-privadas, garantindo contratos que propiciem investimentos com o menor custo ao usuário, assegurando os investimentos necessários à infraestrutura nacional. Além disso, será necessário renegociar contratos de concessão que apresentem problemas para viabilizá-los. Para isso, aperfeiçoará os diversos marcos regulatórios, visando criar um ambiente cada vez mais competitivo na prestação de serviços eficientes e de qualidade e promovendo a modernização das operações e profissionalização dos operadores. Avançará, ainda, no estímulo ao mercado privado de crédito de longo prazo e no desenvolvimento de instrumentos de garantias para financiamento de projetos de grande vulto. Para além do orçamento de investimentos, o governo irá promover a criação de fundo de financiamento da infraestrutura com recursos do excedente de reservas internacionais, em simultâneo com o estímulo ao mercado de títulos privados, a busca por financiamento em bancos internacionais e o envolvimento do setor financeiro privado no financiamento de longo prazo.

#### **REFORMA DA PREVIDÊNCIA**

Nosso compromisso primordial para assegurar a sustentabilidade econômica do sistema previdenciário é manter sua integração, como definida na Constituição Federal, com a Seguridade Social. Rejeitamos os postulados das reformas neoliberais da Previdência Social, em que a garantia dos direitos das futuras gerações é apresentada como um interesse oposto aos direitos da classe trabalhadora e do povo mais pobre no momento presente. Já mostramos que é possível o equilíbrio das contas da Previdência a partir da retomada da criação de empregos, da formalização de todas as atividades econômicas e da ampliação da capacidade de arrecadação, assim como do combate à sonegação. Esse caminho será novamente buscado, ao mesmo tempo em que serão adotadas medidas para combater, na ponta dos gastos, privilégios previdenciários incompatíveis com a realidade da classe trabalhadora brasileira. Ademais, o governo buscará a convergência entre os regimes próprios da União, dos Estados, do DF e dos Municípios com o regime geral.

#### **REFORMA TRIBUTÁRIA**

A estrutura tributária não pode continuar sendo predominantemente de impostos indiretos, que oneram em especial os assalariados e os mais pobres. Por isso, a reforma tributária será orientada pelos princípios da progressividade, simplicidade, eficiência e da promoção da transição ecológica e terá as seguintes diretrizes: isentar o Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF) de todos aqueles que ganham 45 até cinco

salários mínimos, condicionado à majoração para rendas mais elevadas por meio de faixas adicionais de alíquotas do IRPF para os super ricos; tributação direta sobre a distribuição de lucros e dividendos seguindo tabela progressiva do IRPF. O aumento do IRPF pode ser combinado com redução da alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) para elevar a competitividade do setor privado compatível internacionalmente; Criação de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) moderno, com cobrança no destino, que substitua a atual estrutura de impostos indiretos (ICMS, IOF, IPI, ISS, etc.), respeitando o equilíbrio federativo, o financiamento da seguridade e viabilizando a transição de regimes; instituição de tributação sobre grandes movimentações financeiras, de caráter regulatório; introdução do imposto sobre grandes patrimônios, bem como a reformulação do Imposto sobre heranças, especialmente grandes heranças e a extensão da co-

brança do IPVA para jatos, lanchas e outros veículos; alteração do imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR) para que possa atender aos requisitos de incentivo tanto da elevação produtiva do solo, quanto da preservação ambiental; rebalancear impostos incidentes sobre a folha de pagamento, equalizando o tratamento tributário entre pessoa física e jurídica e incentivando a formalização de todas as ocupações; criação de "tributos verdes" que permitam ao Estado atuar sobre a emissão de gases de efeito estufa e estimular pesquisas e investimentos na adoção de tecnologias voltadas para a sustentabilidade ambiental; ampla revisão dos chamados "gastos tributários" regressivos, assim como os benefícios fiscais voltados à economia de alto carbono.

Leia a íntegra aqui: [https://static.poder360.com.br/2018/08/programa\\_de\\_governo\\_6\\_final-1.pdf](https://static.poder360.com.br/2018/08/programa_de_governo_6_final-1.pdf)



**CIRO GOMES (PDT)**

Vice: Kátia Abreu

Na sua terceira tentativa de conquistar a Presidência da República, o ex-ministro e ex-governador inclui entre suas prioridades retomar o crescimento, com taxa de 5% ao ano, e gerar novos empregos, retomando o investimento nos diversos segmentos da infraestrutura. **Conheça alguns dos principais pontos do seu programa de governo, intitulado *Diretrizes para uma estratégia nacional de desenvolvimento para o Brasil*, com impacto potencial sobre a indústria da construção:**

#### **GERAÇÃO DE EMPREGO**

Criação de um programa emergencial de emprego, com

ênfase nas áreas de saneamento e construção civil, em consonância com as políticas de estímulo a essas áreas; criação de programas de capacitação nos bolsões de desemprego das grandes cidades, como o auxílio do Sistema S e das instituições federais de ensino; políticas de concessão de crédito desburocratizado e barato para reforma e ampliação das moradias para famílias de baixa renda, o que melhorará suas condições de vida e simultaneamente contribuirá para o reaquecimento do mercado de trabalho na construção civil; revisão das atuais leis trabalhistas, de modo a adaptá-las às novas tendências do mercado de trabalho, alavancar o empreendedorismo, incentivar empresas e trabalhadores a realizar contratos de trabalho mais longos, estimular aumentos na produtividade e diminuir a insegurança jurídica;

#### **INFRAESTRUTURA**

Criação de um fundo garantidor para investimentos em infraestrutura, lastreado em títulos emitidos a partir de um processo de securitização de dívidas com o setor público; estruturação de equipe específica para a elaboração e análise de projetos, de modo a auxiliar tanto o setor privado como estados e municípios; estabelecimento de um trâmite organizado de preparação e modelagem dos projetos públicos de infraestrutura; articulação entre os diversos órgãos públicos, incluindo os governos estaduais e municipais, envolvidos nos estudos e procedimentos que precedem às licitações e leilões no modelo de concessões e PPPs; maior segurança jurídica: regulação clara dos setores, com regras bem delineadas, ações não discricionárias, eficiência das agências reguladoras e do Poder Judiciário; re-



estruturação da relação entre os ministérios e agências reguladoras, que devem regular e não formular políticas; retomada da adoção da TJLP nos processos de infraestrutura; estruturação de um mercado de garantias e seguros para o investimento de longo prazo; aprimoramento das regras gerais de licenciamento ambiental de modo a combinar as necessidades de investimento e preservação ambiental; modernização e celeridade nos processos de desapropriações por utilidade pública.

#### **HABITAÇÃO**

O Programa Minha Casa, Minha Vida deverá ser reforçado, recebendo recursos adicionais, e a infraestrutura de serviços em seu entorno, incluindo transporte, saúde e educação, dentre outros, receberá a necessária atenção específica.

O Sistema Financeiro da Habitação deverá ser fortalecido, de modo a desenvolver novas formas de captação de recursos, preservando o seu equilíbrio orçamentário.

#### **REFORMA DA PREVIDÊNCIA**

Implementação de um sistema previdenciário multipilar capitalizado, em que o primeiro pilar, financiado pelo Tesouro, seria dedicado às políticas assistenciais; o segundo pilar corresponderia a um regime previ-

denciário de repartição com parâmetros ajustados em relação à situação atual; e o terceiro pilar equivaleria a um regime de capitalização em contas individuais. Ademais, seria discutida a introdução de idades mínimas diferenciadas por atividade e gênero.

#### **REFORMA TRIBUTÁRIA**

Redução, inicial, de 15% das desonerações tributárias; isenção de tributos na aquisição de bens de capital; redução do Imposto de Renda da pessoa jurídica; redução de impostos sobre consumo (PIS/COFINS e ICMS); criação de um Imposto Sobre Valor Agregado (IVA), unificando vários tributos atualmente existentes; recriação do Imposto de Renda sobre lucros e dividendos; alteração das alíquotas do ITCD (imposto sobre heranças e doações); simplificação da estrutura tarifária de importações; elevação da alíquota do ITCD (imposto sobre heranças e doações); redução da burocracia para abertura, acompanhamento das operações tributárias e fechamento de empresas.

Leia a íntegra aqui:

[https://static.poder360.com.br/2018/08/1533945439\\_ciro-gomes-proposta-governo.pdf](https://static.poder360.com.br/2018/08/1533945439_ciro-gomes-proposta-governo.pdf)



**GERALDO ALCKMIN (PSDB)**

Vice: Ana Amélia Lemos

Na segunda tentativa de conquistar a Presidência da República, o ex-governador de São Paulo inclui entre suas prioridades eliminar o déficit fiscal, em até dois anos de gestão, e aprovar uma reforma política que leve

à adoção do voto distrital. Conheça alguns dos principais pontos do seu programa de governo, intitulado *Um futuro de prosperidade está aberto a todos os brasileiros*, com impacto potencial sobre a indústria da construção:

#### **INFRAESTRUTURA**

Vamos dar prioridade aos investimentos em infraestrutura, em parceria com a iniciativa privada, como fator estratégico para aumento da competitividade da economia brasileira.

#### **REFORMA DA PREVIDÊNCIA**

Criar um sistema único de aposentadoria, igualando direitos e abolindo privilégios.

#### **REFORMA TRIBUTÁRIA**

Simplificar o sistema tributário pela substituição de cinco impostos e contribuições por um único tributo: o Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

Leia a íntegra aqui: <https://static.poder360.com.br/2018/08/programa-de-governo-geraldo-alckmin-2018.pdf>





**MARINA SILVA (Rede Sustentabilidade)**

Vice: Eduardo Jorge

Na sua terceira tentativa de conquistar a Presidência da República, a ex-senadora compromete-se com a aprovação de reformas estruturais e a adoção de medidas para dar ao setor privado melhores condições para retomar o investimento na infraestrutura. **Conheça alguns dos principais pontos do seu programa de governo, intitulado *Brasil justo, ético, próspero e sustentável*, com impacto potencial sobre a indústria da construção:**

#### **GERAÇÃO DE EMPREGO**

A criação de empregos dignos será o foco central de nossas políticas econômicas e sociais. Propomos uma revisão das prioridades de intervenção do Estado, privilegiando as atividades que de fato geram mais empregos. Promoveremos a diminuição dos custos de contratação do trabalho formal e orientação dos programas sociais à inserção produtiva.

#### **PARCERIA COM SETOR PRIVADO**

Devemos reconhecer as obrigações do Estado no âmbito do planejamento e regulação, e suas limitações no plano do financiamento e execução. Iremos mobilizar o potencial de contribuição do setor privado, sem subsídios ou artificialismos, em diferentes modalidades, como concessão, PPPs e autorização. Para evitar desperdícios, ineficiências e coibir a corrupção em obras públicas, propomos tornar obrigatória a contratação do seguro-garantia para obras públicas, que exige a apresentação de projeto executivo como pré-requisito e institui mecanismos eficazes e transparentes de fiscalização e acompanhamento.

para reduzir a complexidade e a insegurança jurídica, que dificultam o estabelecimento de um ambiente favorável aos negócios e ao empreendedorismo, com a implantação do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), reunindo cinco tributos PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS. Os princípios que nortearão essas mudanças são: simplicidade, para que as regras sejam claras e de fácil aplicação, com o mínimo de exceções e regimes especiais; transparência, para que o cidadão tenha clareza de quanto paga e possa cobrar a melhoria dos serviços públicos, exercendo a sua cidadania tributária; neutralidade, para desestimular as distorções na forma

#### **SEGURANÇA JURÍDICA**

Considerando a severa restrição fiscal que limita fortemente o aumento de gastos discricionários, incluindo investimentos públicos, a forma mais racional de viabilizar projetos estruturantes no Brasil é pelo investimento privado. Por se tratarem de contratos de longo prazo é fundamental o estabelecimento de um ambiente de segurança econômica, jurídica e política para estimular sua maior participação. Nesse contexto, o papel republicano das agências reguladoras é fundamental. (...) Garantiremos a autonomia administrativa e financeira das agências reguladoras federais, dotando-as de equipes técnicas de alta credibilidade.

#### **INFRAESTRUTURA**

Não temos dúvida de que um dos maiores gargalos do processo de desenvolvimento do Brasil decorrem da precariedade da infraestrutura de transporte de produtos, insumos e mercadorias. Nesse sentido, criaremos uma instância de governo especificamente dirigida ao planejamento e estabelecimento de condições para atrair o setor privado para, em parceria com o poder público, enfrentar o desafio de garantirmos uma infraestrutura adequada às necessidades da economia brasileira. Seu formato será o de uma agência técnica independente.

#### **LEI DE LICITAÇÕES**

Na revisão da Lei de Licitações (8.666/93), que se encontra em discussão no Congresso Nacional, é imperativo que seja fortalecida a transparência e incluídos mecanismos modernos de contratação que permitam considerar não apenas o custo, mas a qualidade dos projetos e dos executores e a observância da legislação de proteção ao meio ambiente.

#### **REFORMA DA PREVIDÊNCIA**

A reforma da previdência é incontornável, o gasto total com benefícios alcança 13% do PIB, excessivamente alto para o nosso perfil etário. (...) Apresentaremos no início de nosso governo uma proposta de reforma da previdência que inclua a definição de idade mínima para aposentadoria, seguindo uma tendência mundial, com prazo de transição que não prejudique quem está prestes a se aposentar; eliminação dos privilégios de beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social que ingressaram antes de 2003; e um processo de transição para sistema misto de contribuição e capitalização, a ser implementado com responsabilidade do ponto de vista fiscal.

#### **REFORMA TRIBUTÁRIA**

É imperativo, também, promover a reforma tributária

de organização, instalação e operação das empresas, eliminando a deletéria guerra fiscal entre estados e municípios; e equidade, para dosar de forma adequada o tratamento dos cidadãos e das empresas, eliminando privilégios e a atual regressividade, que condena os mais pobres a pagarem, proporcionalmente, mais impostos

Leia a íntegra aqui:

[http://divulgaocandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000622171//proposta\\_1534349620464.pdf](http://divulgaocandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000622171//proposta_1534349620464.pdf)

## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Minha Casa Minha Vida pode ser adiado por falta de recursos

**Veículo:** D24AM

**Data:** 30.10.18

**Caderno:** Economia

**Página:** On-line

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Link:** <http://d24am.com/economia/minha-casa-minha-vida-pode-ser-adiado-por-falta-de-recursos/>

### ECONOMIA

Publicado em 30 de setembro de 2018 às 14:13

## Minha Casa Minha Vida pode ser adiado por falta de recursos

O orçamento do programa habitacional com recursos do FGTS, em 2018, está prestes a se esgotar, de acordo com empresários do setor da construção

Agência Brasil / [redacao@diarioam.com.br](mailto:redacao@diarioam.com.br)



**Manaus** – O orçamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) reservado para o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) em 2018 está prestes a se esgotar, de acordo com empresários do setor da construção. Sem um remanejamento de recursos de outros setores, as contratações de financiamentos para novos projetos imobiliários poderão ser suspensas em alguns dias, assim como o repasse aos bancos de clientes que compram imóveis na planta.

Até a primeira quinzena de setembro, o FGTS já havia assinado contratos que totalizaram R\$ 25,5 bilhões, o equivalente a 89,8% dos R\$ 28,4 bilhões do orçamento da linha de apoio à produção, que é usada para financiar obras e compra de moradias na planta

O orçamento do FGTS também dispõe de outras linhas para a habitação, como as cartas de crédito, mas elas são válidas apenas para unidades prontas. Como as atividades dentro do MCMV continuam aquecidas, empresários temem que a fatia restante de 10,2% da linha de apoio à produção será insuficiente para novos negócios até o fim do ano. “Ainda tem recurso, mas vai acabar. Estamos trabalhando para que isso não vire um problema”, afirmou Ronaldo Cury, vice-presidente de Habitação do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (Sinduscon-SP) e diretor da Cury Construtora. Ele acrescentou que o sindicato já enviou um ofício ao Ministério das Cidades para alertar sobre o gargalo “Vai ser preciso pegar recursos não usados de outras áreas”, emendou.

Procurado, o Ministério das Cidades informou que o remanejamento já se encontra em tramitação, mas não deu para sua conclusão.

Cury lembrou que esse mesmo problema ocorreu nos últimos anos e que a solução encontrada pelo ministério foi remanejar recursos ociosos do orçamento do FGTS reservado para outras áreas. Dessa vez, o dinheiro poderia vir, por exemplo, do orçamento de saneamento. Este setor conta com R\$ 6 bilhões do fundo para 2018, mas a contratação de projetos até o começo deste mês totalizou apenas R\$ 600 milhões, ou 10% do total.

Já no mercado imobiliário, a situação é mais complicada nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, onde há maior atividade de lançamentos e vendas de imóveis.



## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** FAP com vigência em 2019 estará disponível para consulta e contestação

**Veículo:** CBIC Hoje

**Data:** 28.09.18

**Caderno:** Newsletter

**Página:** On-line

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Link:** [https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/09/CBIC\\_newsletter\\_158.pdf](https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/09/CBIC_newsletter_158.pdf)

### FAP COM VIGÊNCIA EM 2019 ESTARÁ DISPONÍVEL PARA CONSULTA E CONTESTAÇÃO

*CLOVIS VELOSO DE QUEIROZ NETO, Consultor CBIC e responsável técnico*

Faanga Blog



A Portaria do Ministério da Fazenda nº 409, publicada no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2018, divulgou os róis dos percentis de frequência, gravidade e custo do Fator Acidentário de Prevenção (FAP), por Subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) com vigência para ano de 2019, considerando informações dos bancos de dados da previdência social relativas aos anos de 2016 e 2017, em conformidade com a Resolução nº 1.329/17 do Conselho Nacional de Previdência (CNP), e dispôs sobre o processamento e julgamento das possíveis contestações e recursos que poderão ser apresentados pelas empresas em face do índice do FAP a estas atribuído por aquele órgão governamental.

A partir de 28 de setembro, todas as empresas poderão consultar o seu respectivo desempenho (FAP) dentro da sua Subclasse da CNAE, os quais serão disponibilizados pelo Ministério da Fazenda (MF), podendo ser acessados nos sítios da Previdência (<http://www.previdencia.gov.br>) e da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB ([www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)).

O Fator Acidentário de Prevenção, ou simplesmente FAP, é um multiplicador, que varia entre um intervalo de 0,5

a 2,0 pontos, calculado anualmente pelo Ministério da Fazenda, de forma individualizada para cada estabelecimento empresarial (Resolução CNP nº 1.335/17), incidente sobre a alíquota do Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa decorrente dos Riscos Ambientais do Trabalho (GILRAT), antigamente denominada de Seguro Acidente de Trabalho (SAT), que é recolhido mensalmente pelas empresas sobre a folha de salários entre às alíquotas de 1%, 2% ou 3%, a depender do enquadramento do grau de risco da atividade econômica (Decreto nº 6.957/09). Na atualidade os CNAE da Indústria da Construção (41, 42 e 43) tem o seu grau de risco vinculado a alíquota de 3% (três por cento).

De acordo com as informações publicadas pela Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda, os índices do FAP divulgados em 2018 com vigência somente a partir de janeiro de 2019, terão entorno de 92% (noventa e dois por cento) dos estabelecimentos empresariais na faixa bônus do FAP, ou seja, 3.151.183 de um total de 3.425.832 estabelecimentos, conterão um multiplicador do GILRAT menor que um (<1). Esse percentual de estabelecimentos que serão bonificados em 2019 é 1% (um por cento) maior do que o percentual de estabelecimentos na faixa bônus do FAP divulgados em 2017 para vigência em 2018, para esse período o percentual foi de 91% (noventa e um por cento) de estabelecimentos bonificados.

#### Contestações do FAP

O Fator Acidentário de Prevenção (FAP) 2018, com vigência para o ano de 2019, poderá ser contestado administrativamente pela empresa interessada durante todo o mês de novembro (de 1º a 30) exclusivamente por meio de formulário eletrônico disponível nos sites da Previdência ([www.previdencia.gov.br](http://www.previdencia.gov.br)) e da Receita Federal do Brasil ([www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)).

A contestação das empresas deverá ser dirigida a Subsecretaria do Regime Geral de Previdência Social (SRGPS), da Secretaria de Previdência (SPREV), do Ministério da Fazenda (MF) e serão analisadas apenas as contestações que tratem de divergências de dados previdenciários que compõem o cálculo do FAP:

A **GEO | CONVÊNIO DE SEGUROS** DESENVOLVEU  
UM **PRODUTO ESPECIAL** QUE TE OFERECE COBERTURAS  
ADEQUADAS COM AS **MELHORES TAXAS**  
DO MERCADO BRASILEIRO

Na obtenção de crédito para financiar os seus empreendimentos,  
você pode utilizar imóveis como garantia. Nesse caso precisará contratar  
um **Seguro de Danos Físicos ao Imóvel (DFI)**

**BAIXAR GUIA DO PRODUTO**

Seguradora:

**GEO**  
CONVÊNIO DE SEGUROS

**essor**  
seguros

- I - Comunicação de Acidentes do Trabalho (CAT);
- II - Benefícios - seleção dos Benefícios relacionados para contestação;
- III - Massa Salarial - seleção da(s) competência (s) do período-base, inclusive o 13º salário, informando o valor da massa salarial;
- IV - Número Médio de Vínculos - seleção da(s) competência(s) do período-base, informando a quantidade de vínculos;
- V - Taxa Média de Rotatividade - seleção do(s) ano(s) do período-base, informando as quantidades de rescisões e de vínculos no início do ano que o estabelecimento considera corretas ter declarado em GFIP para cada ano do período-base selecionado.

Da decisão proferida pela SRGPS caberá recurso, exclusivamente por meio eletrônico, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data da publicação do resultado no DOU e será examinado em caráter terminativo pela SPREV.

O ingresso de ação judicial pela empresa, que tenha por objeto, idêntico pedido sobre o qual discutisse no processo administrativo no âmbito da SPREV, importa em renúncia ao direito de recorrer à esfera administrativa e desistência da impugnação interposta.

FAP 2018 – Prazos

Publicidade do FAP: 28/09/2018

Contestação Eletrônica: 01/11/2018 a 30/11/2018

#### **Mudanças na metodologia do FAP**

Com a publicação da Resolução nº 1.329/17 do Conselho Nacional de Previdência (CNP), o FAP passou por inúmeras modificações. As mais significativas foram:

- I - a desconsideração do acidente de trajeto no seu cálculo, exceto acidentes que resultarem em óbito;
- II - a partir de 2019 não haverá mais a redução de 25% (até 2017) ou 15% (2018) do FAP maior que I (faixa malus);
- III - o bloqueio da bonificação do FAP, nos casos de morte ou invalidez permanente será de apenas um ano e não mais em dois anos como era feito pelo Ministério da Fazenda; e
- IV - não há mais a possibilidade do desbloqueio da bonificação do FAP, por autorização do sindicato de trabalhadores da categoria, nos casos de morte ou invalidez permanente e nos casos de uma taxa média de rotatividade de mão de obra acima de 75% (setenta e cinco por cento) no estabelecimento.



**RÓIS DOS PERCENTIS DE FREQUÊNCIA, GRAVIDADE E CUSTO DO FATOR ACIDENTÁRIO DE PREVENÇÃO (FAP) NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO, POR SUBCLASSE DA CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS (CNAE)**

Subclasse da CNAE	Percentil de Frequência			Percentil de Gravidade			Percentil de Custo		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018
4110700	59,75	60,5	59,04	72,09	74,55	76,47	62,81	71,78	74,25
4120400	63,45	65,92	65,42	80,73	82,86	84,71	84,62	86,96	86,69
4211101	77,47	79,73	78,89	78,04	80,8	83,68	74,23	81,32	81,70
4211102	84,64	85	72,75	82	75,09	66,96	86,84	67,33	66,17
4212000	73,14	80,29	80,23	62,26	74,85	81,62	56,71	74,88	78,85
4213800	61,4	62,33	65,03	72,64	75,57	76,79	68,84	75,36	67,20
4221901	90	77,74	80,54	42,51	38,44	68,94	45,61	56,43	82,97
4221902	87,79	90,66	90,55	82,64	85,24	84,00	85,89	85,53	75,92
4221903	91,73	84,25	91,26	84,3	86,91	83,36	78,12	87,68	82,10
4221904	79,68	80,53	78,42	69,95	76,52	74,33	67,65	64,15	64,67
4221905	79,52	81,88	77,39	63,6	74,77	77,90	57,9	68,68	68,86
4222701	64,47	70,47	73,61	75,34	70,96	78,29	76,45	71,14	79,56
4222702	64,95	53,48	54,16	49,17	59,86	77,66	30,78	34,97	40,74
4223500	76,84	71,75	81,25	45,37	32,73	56,11	54,01	35,05	76,87
4291000	69,99	77,5	75,03	64,32	81,75	87,17	73,6	82,99	88,12
4292801	86,53	86,67	83,46	80,57	83,9	86,06	80,02	84,34	83,36
4292802	70,78	74,86	68,02	56,15	65,57	70,13	55,52	70,74	72,67
4299501	63,61	61,38	63,45	81,76	81,91	90,10	79,94	92,29	93,35
4299599	71,01	77,81	76,05	74,79	81,28	83,44	73,99	84,42	85,90
4311801	52,74	33,92	31,47	75,18	40,5	34,24	92,47	74,64	43,43
4311802	53,6	52,84	44,78	73,68	59,14	59,99	85,17	56,51	83,84
4312600	69,28	70,63	68,65	73,75	76,2	78,69	71,45	79,65	75,68
4313400	61,01	62,17	60,93	73,36	73,66	75,76	79,15	84,1	83,12
4319300	52,11	63,61	58,80	75,26	84,45	63,71	84,86	72,49	53,18
4321500	65,18	68,32	69,91	64	64,7	68,79	74,86	78,22	74,49
4322301	55,65	62,97	64,08	55,44	57,64	59,28	63,29	64,38	72,11
4322302	59,59	61,54	57,62	53,14	51,05	50,09	54,57	54,84	68,47
4322303	48,41	56,35	44,39	43,94	46,13	55,55	24,43	42,12	62,68
4329101	62,66	67,28	75,42	63,21	73,58	89,46	65,83	50,07	72,35
4329102	23,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4329103	69,83	74,7	70,07	58,61	63,19	69,10	30,54	39,02	70,61
4329104	80,78	83,24	81,33	70,9	53,75	62,53	86,52	65,5	47,79
4329105	45,73	24,99	49,27	52,98	51,45	62,45	92,55	94,04	91,44
4329199	65,74	68,64	68,89	55,83	66,05	70,05	70,5	82,91	81,54
4330401	54	54,59	48,64	62,97	59,54	54,76	71,77	72,81	59,52
4330402	56,83	59,22	61,25	70,74	67,16	69,02	86,68	76,95	73,86
4330403	33,99	37,59	40,69	47,98	50,26	57,38	52,82	75,75	74,65
4330404	46,56	48,13	47,62	68,52	69,46	69,18	81,84	82,27	82,49
4330405	43,13	45,26	42,18	56,79	50,66	59,12	63,84	65,34	81,94
4330499	69,44	62,41	65,34	77,96	75,9	78,05	87,95	89,98	87,17
4391600	85,35	86,27	86,06	89,61	91,43	94,53	93,89	94,91	93,80
4399101	63,92	69,44	71,17	67,65	73,03	73,38	63,21	69,71	66,01
4399102	69,12	73,11	72,19	56,23	54,78	51,28	72,57	66,77	62,29
4399103	64,08	69,36	66,84	83,89	87,78	86,93	91,04	89,11	90,65
4399104	75,19	71,43	69,83	71,93	73,5	78,85	71,69	74,16	83,76
4399105	71,56	73,59	69,67	93,3	93,95	93,50	67,09	84,58	87,01
4399199	71,72	72,63	73,06	78,27	79,06	80,11	87,63	90,14	81,78

Fonte: Ministério do Fomento



## Mais notícias

CBIC Mais

[Informativo da Indústria da Construção Newsletter :: Edição 158 :: 28/09/2018](#)

Jornal do Comércio

[Projeto de lei promete trazer transparência para rescisões contratuais - Jornal do Comércio](#)

AEC Web

[17 atividades para empreendedores que acontecem em outubro](#)

## AGENDA

**Novembro**

**22** | Seminário Nacional da Reciclagem de Resíduos da Construção Civil e Demolição 2018

**SEMINÁRIO NACIONAL ABRECON 2018**  
RECICLAGEM DE RESÍDUOS DA  
CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO

às 08h  
**22/NOV**

**PARTICIPE DO  
MAIOR EVENTO  
DE RCD DO BRASIL**

Junto a Waste Expo 2018,  
no Centro de Exposições Pro Magno  
em **São Paulo - SP**

NATIONAL SEMINAR OF  
CONSTRUCTION AND  
DEMOLITION WASTE IN BRAZIL

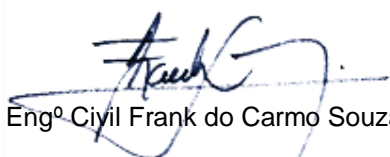


## EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL

O SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO ESTADO DO AMAZONAS – SINDUSCON/AM, inscrito no CNPJ sob o n.04.535.704/0001-10, com sede na Avenida Djalma Batista, n., 1719, 7º andar, salas 709/710, Edifício Atlantic Tower Chapada - Manaus/AM CEP: 69050-010, nesta cidade de Manaus/AM, neste ato representado pelo Presidente, Engº. Frank do Carmo Souza, nos termos do artigo, no artigo 17 do Estatuto e do artigo 9º do Regimento Eleitoral, registrados sob o n. 50.654, livro de protocolo A número 32, em 11 de setembro de 2018, junto ao Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Manaus/AM;

RESOLVE: Convocar os seus associados efetivos para participar de Assembleia Geral Extraordinária especialmente designada para a escolha dos membros da Administração Executiva (Diretoria), Conselho Fiscal, Conselho Consultivo e representação junto à FIEAM que ocorrerá na data de 29/11/2018, entre 09h:00 (nove horas) e 15h:00 horas (quinze horas), no auditório da FIEAM – Federação das Indústrias do Estado do Amazonas, sito à avenida Joaquim Nabuco, n.1919, 3º Andar, Sala de Reuniões, CENTRO, conforme as regras constantes do Estatuto, a saber: 1 - O prazo para registro de candidaturas para preenchimento dos cargos disputados em chapa (Presidente, Diretor Financeiro e 05 Diretorias Executivas) e dos cargos com disputa individual (Membro do Conselho Fiscal, e Membro do Conselho Consultivo) será de 30 dias a contar da publicação deste edital, conforme as regras constantes do Estatuto e as previstas neste edital, as quais estarão disponíveis na íntegra na *home page* [www.sinduscon-am.org.br](http://www.sinduscon-am.org.br), ou na sede do SINDUSCON-AM.

Manaus, 18 de Setembro de 2018.



Engº Civil Frank do Carmo Souza

Presidente do SINDUSCON-AM